



Syllabus

Licenciatura em Estudos Políticos e Relações Internacionais

História Política Portuguesa Contemporânea: Monarquia Constitucional, Primeira República, Estado Novo, Democracia

Ano Académico: 2026-2027

Semestre: 1º

ECTS: 5,5

Horas: XX

NÍVEL ACADÉMICO:

Licenciatura

DOCENTE(S)

Rui Ramos

CONTACTOS E HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Email: rui.lopes.ramos@gmail.com

Gabinete:

Horário de atendimento: Depois da primeira aula da semana

BIOGRAFIA

Rui Ramos é licenciado em História pela Universidade Nova de Lisboa e doutorado em Ciência Política pela Universidade de Oxford. Investigador Principal do quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Coordenador e um dos autores de *História de Portugal* (Prémio D. Dinis 2009) e *Dicionário Crítico da Revolução Liberal, 1820-1834* (Prémio Grémio Literário 2025).

VISÃO GERAL DA UNIDADE CURRICULAR

Este curso de História Política Portuguesa Contemporânea visa iniciar os estudantes nos problemas políticos e nos debates intelectuais que explicam os regimes políticos em Portugal nos séculos XIX e XX. Será dada especial atenção ao contexto internacional.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DA UNIDADE CURRICULAR

Conhecimento da história portuguesa dos séculos XIX e XX e compreensão dos regimes políticos que formaram o Portugal contemporâneo. Capacidade de ler documentos históricos, como por exemplo as actas de debates parlamentares ou a imprensa, e de entender historicamente outras fontes, como por exemplo obras literárias.

METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Aulas expositivas, com análise de situações históricas e referência a documentação.

LÍNGUA: PORTUGUÊS / INGLÊS

Português

AVALIAÇÃO

Teste final: Nota individual (100%)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A monarquia constitucional, 1820-1910

1.1. As origens. A crise do poder monárquico depois das invasões francesas. O regime da constituição de 1822 e o seu fracasso. A Carta Constitucional de 1826, o miguelismo e a guerra civil

1.2. O funcionamento. Os partidos liberais portugueses no contexto europeu. Teoria e prática do poder moderador no tempo de Fontes Pereira de Melo

1.3. O colapso. Dificuldades de financiamento e legitimação do Estado liberal. A cultura da esquerda revolucionária. A crise dos reinados de D. Carlos e D. Manuel II.

2. A Primeira República, 1910-1926.

2.1. Um regime revolucionário. A tomada do poder pelo Partido Republicano Português e a constituição não-escrita. O radicalismo republicano no contexto europeu. A guerra cultural e a repressão política.

2.2. O fracasso da república conservadora. As presidências de Manuel de Arriaga e de Sidónio Pais.

2.3. O colapso do regime. A intervenção na I Guerra Mundial, a inflação e a divisão do Partido Republicano Português no pós-guerra.

3. A ditadura militar e o Estado Novo, 1926-1974.

3.1. A ditadura militar (1926-1932). Teoria da intervenção política das Forças Armadas. A ascensão de Salazar.

3.2. O sentido político do Estado Novo. A “doutrina” salazarista. Evolução e adaptação do salazarismo aos contextos internacionais. Salazarismo e sociedade: cooptação e repressão.

3.3. A opção europeia e a opção ultramarina. A transformação da sociedade portuguesa nas décadas de 1960 e de 1970. O governo de Marcello Caetano (1968-1974).

4. A revolução de 25 de Abril de 1974 e a Democracia.

4.1. Causas da última revolução socialista europeia. A descolonização. O Movimento das Forças Armadas e os partidos políticos.

4.2. As eleições de 25 de Abril de 1975. O sistema eleitoral e a democracia. Orlando Ribeiro e as origens do pluralismo político em Portugal.

4.3. A consolidação da democracia, 1976-1986. Integração europeia e Estado social.

BIBLIOGRAFIA

Leitura obrigatória:

Marcello Caetano, *Constituições Portuguesas*, Lisboa, Verbo, 1994.

Rui Ramos (dir.), B.V. Sousa e N. Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2025, Parte III.

Leitura recomendada:

Rui Ramos, ensaios “Vinte e quatro de Agosto”, “Vilafrancada”, “Guerra Civil”, e “Monarquia” em Rui Ramos, J.L. Cardoso, N. Monteiro e I. Corrêa da Silva (orgs.), *Dicionário Crítico da Revolução Liberal, 1820-1834*, Lisboa, D. Quixote, 2025.

Vasco Pulido Valente, *Os Militares e a Política, 1820-1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2005.

Maria de Fátima Bonifácio, *D. Maria II*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o Signo do Consenso. A Política e os Partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Alethêia Editores, 2009

Rui Ramos, *D. Carlos*, Lisboa, Temas e Debates, 2020.

Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. A Revolução Republicana de 1910*, Lisboa, Alethêia Editores, 2010.

Rui Ramos, *A Segunda Fundação, 1890-1910*, vol. VI de *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Lisboa, Edições Europa-América, 1988.

Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

Maria de Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

Manuel de Lucena, *Os Lugar-Tenentes de Salazar. Biografias*, Lisboa, Alethêia Editores, 2015.

Fernando Martins, *Pedro Theotónio Pereira. O Outro Delfim de Salazar*, Lisboa, D. Quixote, 2020.

Philippe Schmitter, *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos (orgs.), *Marcello Caetano. Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, 2012.

Jaime Nogueira Pinto, *Portugal - Os Anos do Fim. A Revolução que Veio de Dentro*, Lisboa, D. Quixote, 2014.

Pedro Aires Oliveira e João Vieira Borges (orgs.), *Crepúsculo do Império. Portugal e as Guerras de Descolonização*, Lisboa, Bertrand Editora, 2024.

António Barreto, *Anatomia de Uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, Lisboa, D. Quixote, 2017.

Manuel de Lucena, *O Estado da Revolução. A Constituição de 1976*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1978.

Mário Baptista Coelho (org.), *Portugal. O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1989.

Nicolau Andresen Leitão, *Estado Novo, Democracia e Europa, 1947-1986*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

Nuno Palma, *As Causas do Atraso Português*, Lisboa, D. Quixote, 2023.

Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Letra Livres, 2021.

Recursos Online:

Diários das câmaras dos deputados e dos pares desde 1821

<https://debates.parlamento.pt>

Diários do Governo

<https://digigov.cepese.pt>

Várias fontes na Biblioteca Nacional Digital, como os *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883-1891, 8 volumes.

<https://purl.pt>

RECURSOS ADICIONAIS

CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

As boas práticas no trabalho académico são fundamentais para promover a integridade, o rigor e a ética na produção e transmissão de conhecimento. Num contexto desafiante em que a inteligência artificial vem

ocupando cada vez mais espaço nas instituições de ensino superior, é imperioso garantir a lisura dos trabalhos realizados pelos estudantes.

De forma a assegurar o respeito pelas normas éticas e deontológicas que devem pautar a atividade académica, o IEP relembra que constituem infrações graves os seguintes comportamentos:

- i) Submissão múltipla: submeter o mesmo trabalho escrito para apreciação em unidades curriculares diferentes, simultânea ou consecutivamente, ainda que com alterações;
- ii) Plágio, quando há apropriação do trabalho ou de partes de trabalho de outrem sem a referência devida, ou incompletamente referenciados. O plágio abrange, nomeadamente, casos em que se realizem paráfrases ou glosas de textos e ideias alheios, com a mera substituição de palavras ou se juntem, em trabalhos próprios, partes significativas de trabalhos de outros autores, sem os identificar e referenciar; Consulte este guia para obter recursos adicionais sobre como evitar plágio em trabalhos escritos: <https://www.turnitin.com/papers/understanding-the-turnitin-similarity-report-student-guide>
- iii) Auto plágio, entendendo-se por tal a apresentação repetida do mesmo trabalho ou a integração em novos trabalhos de porções importantes de trabalhos anteriores do próprio, publicados ou submetidos para avaliação, sem referenciar esse uso citando-se, e sem proceder a qualquer avanço na investigação que justifique nova publicação.
- iv) Considera-se produção fraudulenta e não admissível para avaliação trabalhos constituídos por citações sucessivas de outros autores – ainda que bem referenciados – mas sem produção própria do suposto autor do trabalho;
- v) Falsificação ou manipulação de resultados, nomeadamente com apresentação seletiva de dados; falseamento de fontes; distorção intencional de métodos, nomeadamente métodos estatísticos, de forma a chegar às conclusões desejadas;
- vi) Durante exames, testes ou outros exercícios académicos, em que seja interdita a consulta, considera-se prática fraudulenta usar ou tentar usar materiais de informação, apontamentos, e equipamentos para aceder a consulta de informação disponível em motores de busca ou em plataformas de Inteligência Artificial, ou outras; a utilização de smartwatches ou outros dispositivos de comunicação não é permitida durante o exame.
- vii) É prática fraudulenta facilitar a cópia ou tentar copiar por colegas durante um exercício académico de realização individual;
- viii) Os trabalhos de avaliação deverão ser submetidos a um programa de deteção de plágio, no caso da UCP, o Turnitin. Do resultado detetado pela plataforma e verificado pelo docente, caso se confirme prática fraudulenta mencionada nos artigos anteriores que determine anulação do resultado, não cabe recurso.
- ix) Qualquer infração às regras cometidas na realização de momentos de avaliação implica a imediata anulação, bem como a comunicação ao Coordenador do Programa e ao Conselho Pedagógico;
- x) Caso a fraude cometida pelo aluno seja descoberta após a titulação o Instituto procederá em conformidade anulando o resultado do exercício académico em causa;
- xi) No caso de deteção de alguma situação das anteriores expostas haverá uma reunião com a Coordenação do Curso para avaliação da situação e procedimentos futuros.
- xii) O Coordenador do Curso, bem como o Conselho Pedagógico, manterão um registo dos estudantes que comprovadamente cometeram fraude ao longo do seu percurso escolar.

As violações da integridade académica serão tratadas de acordo com o Código de Integridade Académica da escola: [Codigo-de-Etica.pdf](#) / [Aditamento-ao-Codigo-Etica-e-Conduta-UCP.pdf](#)

